

MUSEU DA USINA

Um Retrato do Abandono e das Disputas Imobiliárias

MUSEU DA USINA
A Portrait of Neglect and Real Estate Disputes

Claudia Aparecida de Souza Ferreira¹
e Lesy Duarte de Andrade²

Resumo

O Museu da Usina, localizado em Imbituba, Santa Catarina, é um símbolo da história industrial brasileira e um testemunho da evolução urbana da região. No entanto, sua trajetória recente é marcada por disputas imobiliárias, descaso do poder público e a suspensão de suas atividades, levantando questões sobre a preservação do patrimônio cultural, a verticalização no entorno do bem tombado e a pressão do mercado imobiliário. Este artigo busca relatar o breve histórico do museu, analisar as tensões em torno de sua preservação e do seu entorno. O artigo conclui que a verticalização, quando implementada de maneira equilibrada, pode impulsionar a vitalidade urbana e contribuir para a preservação do patrimônio cultural; no entanto, seu excesso representa uma ameaça à identidade coletiva e à memória histórica.

Palavras-chave: Museu da Usina, patrimônio industrial, verticalização, pressão imobiliária, insolação, desenvolvimento urbano.

Abstract

The Museu da Usina, located in Imbituba, Santa Catarina, is a symbol of Brazil's industrial history and a testament to the region's urban evolution. However, its recent trajectory has been marked by real estate disputes, government neglect, and the suspension of its activities, raising questions about the preservation of cultural heritage, verticalization around the listed site, and the pressure of the real estate market. This article aims to recount the brief history of the museum and analyze the tensions surrounding its preservation and its surroundings. The article concludes that verticalization, when implemented in a balanced manner, can enhance urban vitality and contribute to the preservation of cultural heritage; however, its excess poses a threat to collective identity and historical memory.

Keywords: Museu da Usina, industrial heritage, verticalization, real estate pressure, sunlight study, urban development.

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC, com pesquisa focada em patrimônio cultural e urbanismo. Especialista em Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social) pela UFSC. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UDESC) e Ciências Náuticas (CIAGA). Atua como arquiteta na Prefeitura de Imbituba e participa de projetos de valorização do patrimônio cultural, como o "Sarilhos da Lagoa". Interesses de pesquisa incluem espaço urbano, maritimidade e patrimônio cultural.

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC, com ênfase em Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável e Planejamento de Transportes. Tem experiência em mobilidade urbana, desenvolvimento sustentável e regularização fundiária com participação em congressos e publicações na área.



Figura 1 – Usina Termelétrica de Imbituba. Imagem: Elton Silveira, 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DCKX5T2p5ve/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==

Breve Histórico do Museu da Usina

A Usina Termelétrica de Imbituba (Figura 1), pioneira na produção de energia elétrica em Santa Catarina, foi projetada em 1917 e inaugurada em 1923 (Santanna, 2016). Sua arquitetura robusta, composta por três corpos centrais, salões subterrâneos e túneis, reflete a relevância histórica e tecnológica do empreendimento. A construção vinculou-se à crise da firma Lage & Irmãos, cujos navios enfrentaram escassez de combustível após a Primeira Guerra Mundial, inviabilizando o comércio de cabotagem, sua principal fonte de renda. Sob liderança de Henrique Lage, sediado no Rio de Janeiro, os empresários redirecionaram investimentos para o sul catarinense, aproveitando incentivos federais. Adquiriram assim maquinários para lavagem de carvão, incluindo uma usina elétrica a vapor importada dos Estados Unidos (Neu, 2013).

As iniciativas de Henrique Lage impulsionaram o desenvolvimento de Imbituba no início do século XX, com a construção de infraestrutura estratégica: armazéns, prédios administrativos, barragens, redes hídricas, arruamentos, habitações operárias, granja e hotel (Martins, 1978). Nesse contexto, o Complexo da Usina Termelétrica (1917) posicionou-se como eixo central, localizado entre a Ferrovia Tereza Cristina, o Porto de Imbituba e a Indústria Cerâmica local. Essa articulação logística potencializou seu papel pioneiro: foi a primeira usina catarinense a gerar energia elétrica a partir de carvão mineral, contribuindo indiretamente para o declínio da caça às baleias ao substituir o óleo animal como fonte energética.

Sua sólida e moderníssima edificação, para a época, é formada por três corpos centrais, um saldo subterrâneo e dois tuneis. Um deles, com trilhos, para que caçambas adentrassem e recolhessem as cinzas ainda fumegantes quando abertas as comportas das caldeiras. As cinzas provenientes da queima do carvão eram depositadas em valas externas. Posteriormente, já frias, eram utilizadas na recuperação de ruas e estradas. O outro túnel, com tubulação ainda existente, levava água da lagoa próxima, sugada por uma bomba até as caldeiras, para a condensadora de vapor. Dai a lagoa ser conhecida por "Lagoa da Bomba" (Santanna, 2016, p.160).

A transição para o carvão mineral no século XIX impactou significativamente a redução da caça às baleias e do uso de seu óleo como fonte energética. Originalmente, o óleo de baleia era essencial para iluminação, lubrificação e fins industriais. Contudo, a exploração de carvão mineral e o avanço tecnológico na extração de derivados do petróleo reduziram drasticamente sua demanda (Pereira, 2014). O carvão, mais barato e abundante, tornou-se predominante e era utilizado como combustível para máquinas a vapor como a Usina Termelétrica de Imbituba.

(...) somente a escassez de baleias e o desinteresse comercial acabaram com este banho de sangue, pois o Brasil nunca respeitou a proteção integral da espécie imposta pela Primeira Convenção Internacional para a Regulamentação à caça à Baleia, assinada no ano de 1935. A última baleia franca morta em águas brasileiras foi arpoada na Praia de Imbituba no ano de 1935. Com ela morria uma indústria que foi tão importante para a economia dos povoados costeiros do Brasil, quanto desastrosa para a espécie (Sefton, 1998 *apud* Martins, 2017, p.263).

Em 1961, a usina foi convertida em subestação da Sociedade Elétrica de Capivari (SOLSTECA), distribuindo energia para o distrito até 1971, quando investimentos federais na Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) a tornaram obsoleta, levando à sua desativação definitiva (Santanna, 2016, p. 162).

Em 1987, a “Chuva de Pedra” (Figura 2), evento imortalizado no cordel *Catástrofe Imbitubense*, danificou o prédio. Apesar disso, em 1988, sob direção de Gilberto Barreto (Companhia Docas), o espaço foi restaurado e transformado no Museu da Cidade e do Porto, vinculado à PORTOBRAS. Com a extinção desta em 1990, o museu entrou em ciclo de abandono: sofreu vandalismos e deterioração estrutural (Santanna, 2016, p. 164).

Em 2011, Barreto, atuando no Conselho de Autoridade Portuária, propôs o desmembramento da Usina da área portuária para transferi-la à Prefeitura de Imbituba, mas o processo não foi concluído. Em 2013, com a criação da Secretaria Municipal de Cultura e a aprovação do Sistema Municipal de Cultura, a situação do patrimônio histórico, incluindo a Usina, foi debatida publicamente. Na época, o espaço era parcialmente utilizado pela Companhia Teatral Desmontagem Cênica³ (Prefeitura de Imbituba, [S.D]). De acordo com Santos (S.D, *apud* CULTURAVIVA.ORG, [S.D]) ;

(...) O espaço estava totalmente abandonado e depredado, e necessitava de algumas adaptações para reutilização, porém os Desmontagens mais uma vez mostraram sua força de vontade. Reuniram amigos e familiares e convidaram a comunidade para um mutirão de limpeza, com o apoio de algumas pessoas e comerciantes locais conseguimos os materiais para instalação elétrica, hidráulica e pintura interior da sala que seria utilizada.

Com o término da concessão do Porto de Imbituba em 2012, a Usina, que integrava a área portuária, reverteu para a União. Em 11 de dezembro de 2013, a Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU/SC) concedeu a posse da Usina à

3 A “Cia. Desmontagem Cênica” nasceu a partir de uma oficina de teatro voltada para a iniciação teatral e formação de atores realizada em 2005 na cidade de Imbituba - SC. ...No intuito de levar o teatro como meio de incentivar uma mudança cultural nesta cidade que os denominados Desmontagens – membros da Cia. – iniciaram sua caminhada com o lema: Teatro em Imbituba é possível? Sim! Em 2010 veio a grande conquista do espaço teatral, atual sede denominada TEATRO USINA, com o apoio da ADESI - “Associação de Estudantes Imbitubenses” - juntamente com a Cia. Docas de Imbituba, a Cia. Desmontagem Cênica conseguiu a permissão para utilizar duas das salas da Usina elétrica desativada, antigo Museu do Porto de Imbituba, para fazer TEATRO e utilizar como sede da Cia. Fonte: <http://culturaviva.gov.br/agente/8814/> acesso em 04 de março de 2025.



Figura 2 – Estragos da Chuva de Pedra. Fonte: Facebook @ memóriasdeimbituba

Prefeitura de Imbituba. Essa medida permitiu a realização de ações de manutenção e a busca por recursos para projetos de restauro e requalificação do espaço e seu entorno (Prefeitura de Imbituba, [S.D]).

Em 2013, a Secretaria de Cultura de Imbituba propôs o projeto “Usina do Saber”, que visava transformar o complexo em um museu e espaço cultural. O projeto foi finalista do Prêmio Elisabete Anderle, evidenciando seu potencial para a preservação do patrimônio industrial e a promoção da identidade local. Em agosto de 2017, o município de Imbituba formalizou a criação do Museu Histórico Municipal – Museu Usina (Lei Nº 4.825/2017). Contudo, apesar do reconhecimento, o museu enfrentou desafios que levaram à suspensão de suas atividades.

Após a conclusão dos projetos de restauro e requalificação do Complexo da Usina Termelétrica, financiados pelo Edital Elisabete Anderle, e com um Plano Museológico custeado pela Administração Municipal, o espaço foi concebido para proteger, difundir e valorizar o patrimônio cultural do município e da antiga Usina Termelétrica. O objetivo era promover a universalização e democratização do uso de seus espaços para atividades culturais e comunitárias, conforme regulamentado pelo Conselho Municipal de Política Cultural através do Plano Municipal de Cultura – PMC de Imbituba (Lei nº 4.894/2018).

Em 2018, foi solicitado o tombamento estadual à Fundação Catarinense de Cultura, por meio do Processo FCC 00001195/2018, que resultou no Tombamento Provisório. Essa medida, somada ao tombamento municipal já existente (Resolução CMPC/IMB Nº 01, de 21 de novembro de 2018), reforça a importância histórica do local e facilita a captação de recursos para sua manutenção e restauro, inclusive por meio de leis de incentivo cultural.

Ainda em 2018, o museu sediou 15 eventos culturais, além de atividades promovidas pela Diretoria de Cultura, tornando-se desde então um espaço de difusão e apropriação cultural (Museu Usina, 2019). No entanto, o local ainda enfrenta desafios estruturais. Em 2025, a Defesa Civil de Imbituba interditou o Teatro Usina, estabelecendo um raio de proteção de 50 metros devido a rachaduras na chaminé, visando garantir a segurança



dos frequentadores. Apesar das vistorias técnicas realizadas pela gestão municipal e, posteriormente, por técnicos da FCC, o prédio permanece fechado, privando a sociedade de atividades culturais. A gestão do museu ainda busca regularizar o uso dos espaços por grupos culturais, como a Cia. Desmontagem Cênica, que utilizava o local para ensaios e apresentações. Contudo, até o momento, as atividades culturais foram interrompidas e o Museu encontra-se fechado.

Palavras suaves e meias verdades não contribuirão para facilitar o trabalho dos atuais empreendedores nem para minimizar a responsabilidade pela inadmissível omissão e descaso da União e de todas as esferas de governo e de gestão, pública e privada, sobre o terreno, as edificações e equipamentos da antiga Usina Elétrica bem como sobre o meio ambiente no seu entorno às margens da Lagoa da Bomba (Pereira, 2013, p. 3).

Conflitos no Entorno do Museu da Usina

O Prédio da Usina foi tombado a primeiramente através da Resolução N° 01/COMPAC/2007 concomitante com outros bens como o Imbituba Hotel e as Torres Gêmeas. Através da análise histórica da evolução da urbanização na zona central de Imbituba, do documento técnico “Um olhar sobre Imbituba e o Patrimônio Cultural de Seu Distrito Sede” (Vieira Filho, 2020) e da Planta Cadastral de Imbituba de 1949, identificou-se que as edificações tombadas e as edificações de relevante valor cultural (Vieira Filho, 2020) fazem parte do contexto da primeira urbanização de Imbituba. Analisando a trajetória histórica da Usina Termelétrica de Imbituba, observamos a sua relevância enquanto Patrimônio Industrial de Imbituba integrando “parte da identidade regional e também compõem a silhueta das paisagens urbanas e rurais a que estão inseridas” (Escorteganha; Santiago; Bayon; Bilal; 2012).

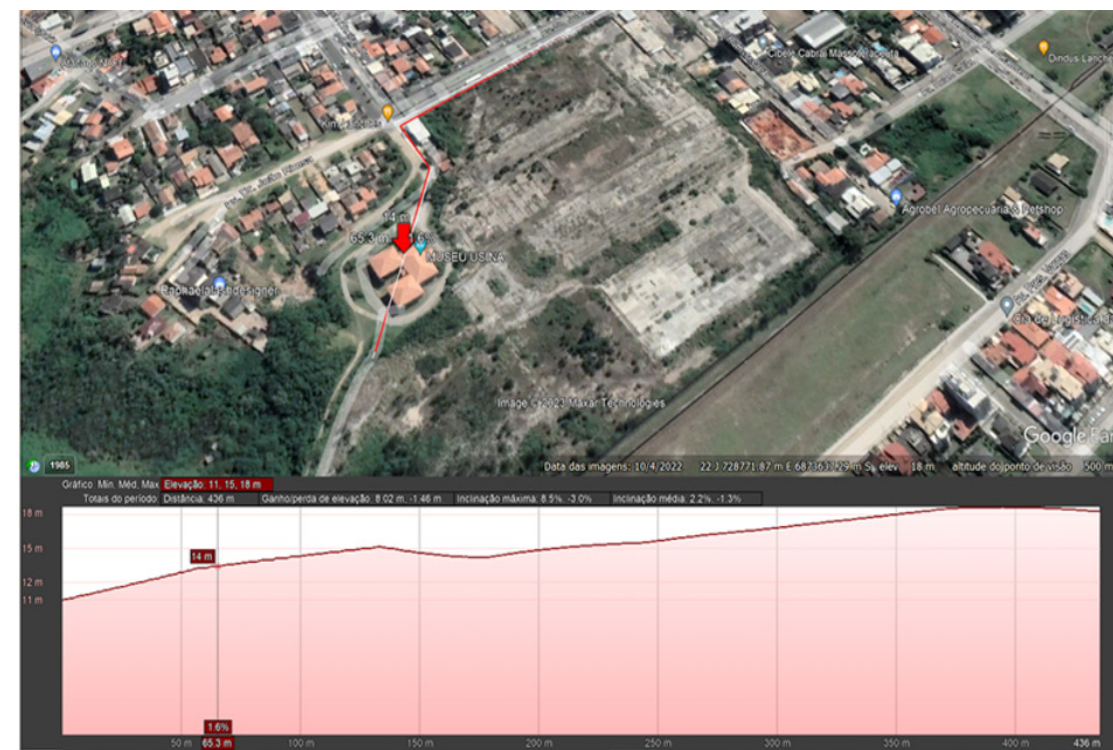


Figura 4 - Perfil do terreno Prédio da Usina e Av. João Rimsa. Fonte : Elaborado pelos autores através do GoogleEarth.

Análise do Entorno

A análise do bem tombado e seu entorno devem levar em consideração a ambiência para a compreensão do bem tombado cabendo parâmetros adequados para sua proteção. Vieira Filho (2020) aponta que um dos critérios para determinar as interferências no entorno do bem tombado bem como sua ambiência são as características formadoras da paisagem atual. A paisagem urbana que compõe o bem pode possuir caráter de conjunto ⁴ homogêneo ou heterogêneo. De acordo com Filho, 2020, “já se constata a forte presença dos elementos de uma paisagem heterogênea, claramente caracterizada pelas transformações ocorridas nos últimos anos.”

Nesses casos, serão exigidos parâmetros de ocupação do solo – com lotes de grandes dimensões, taxas de ocupação reduzidas e gabaritos baixos –, sendo esses parâmetros os apropriados à manutenção dos aspectos naturais no entorno dos bens tombados. Trata-se de aplicar esse instrumento – do entorno – em toda sua plenitude na proteção dos referenciais necessários à compreensão do monumento e sítios tombados (Motta; Thompson, 2010, p.96).

Além da característica formadora do conjunto, podemos adicionar dois fatores preponderantes que integram a paisagem do complexo do Museu da Usina: o fator relevo e o fator de verticalização estimada .

Fator Relevo

As características do relevo podem atuar como fatores determinantes para a colaborar ou não com a ambiência de um bem cultural. Um exemplo notável é o caso da Igreja da Penha, localizada no Rio de Janeiro, onde o relevo desempenha um papel fundamental ao contribuir para a valorização da ambiência da edificação. A topografia acentuada do

⁴ Conjunto= neste parecer considera-se conjunto o entorno formado pela planta cadastral de 1949, as edificações tombadas (Prédio da Usina, Imbituba Hotel e Torres Gêmeas) e as edificações de relevante valor cultural (Vieira Filho,2020).

Figura 5- Perfil do terreno Prédio da Usina e Av. João Rimsa. Rua de Acesso ao Prédio da Usina. Fonte : GoogleEarth, 2017.



local destaca a figura da igreja na paisagem geográfica, conferindo-lhe uma presença marcante e singular (Figura 3). Essa relação harmoniosa entre a edificação e o relevo não apenas reforça a identidade visual do monumento, mas também amplia sua relevância cultural e simbólica, integrando-o de maneira orgânica ao entorno natural. Dessa forma, o relevo pode ser entendido como um elemento que potencializa a percepção e a experiência do bem, destacando a importância de sua preservação e valorização no contexto paisagístico e urbano.

No caso do Prédio da Usina, o relevo e as características formadoras da paisagem urbana não contribuem para a valorização de sua ambiência. Sua localização situa-se em um nível abaixo da linha visual do observador posicionado na Avenida João Rimsa, no sentido sudoeste. As edificações atualmente existentes, mesmo com alturas inferiores a nove metros, já representam um bloqueio à visibilidade do bem tombado (Figuras 4 e 5). Apenas na rua de acesso ao Prédio da Usina é possível observar sua presença, o que compromete significativamente a unidade visual do conjunto. Conforme destacado por Vieira Filho (2020), “a vitalidade do tecido urbano no qual o edifício protegido está inserido, o número de usuários frequentes do seu entorno e a fruição dos monumentos protegidos podem ser priorizados em detrimento de uma eventual unidade visual, especialmente quando essa unidade é frágil ou já se trata de paisagens transformadas” (Vieira Filho, 2020). Dessa forma, evidencia-se que a dinâmica urbana e as transformações ocorridas no entorno podem sobrepor-se à preservação de uma unidade visual coesa, reforçando a necessidade de equilibrar a proteção do patrimônio com as demandas contemporâneas do espaço urbano.

A pressão imobiliária no entorno do edifício tombado pode ser constatada por meio da análise temporal do desenvolvimento urbano, reflexo das flexibilizações implementadas no plano regulador do solo. A região central de Imbituba tem passado por mudanças significativas no uso do solo, perceptíveis ao longo dos últimos dez anos. Através de uma análise comparativa das imagens apresentadas nas Figuras 6 e 7, é possível identificar claramente o processo de verticalização crescente na Avenida João Rimsa. As edificações que anteriormente atingiam nove metros de altura passaram, de forma gradual, a apresentar alturas próximas a três vezes esse valor (Tabela 1). Esse fenômeno de verticalização ocorre predominantemente nas áreas próximas ao Porto e avança progressivamente em direção ao Prédio da Usina.

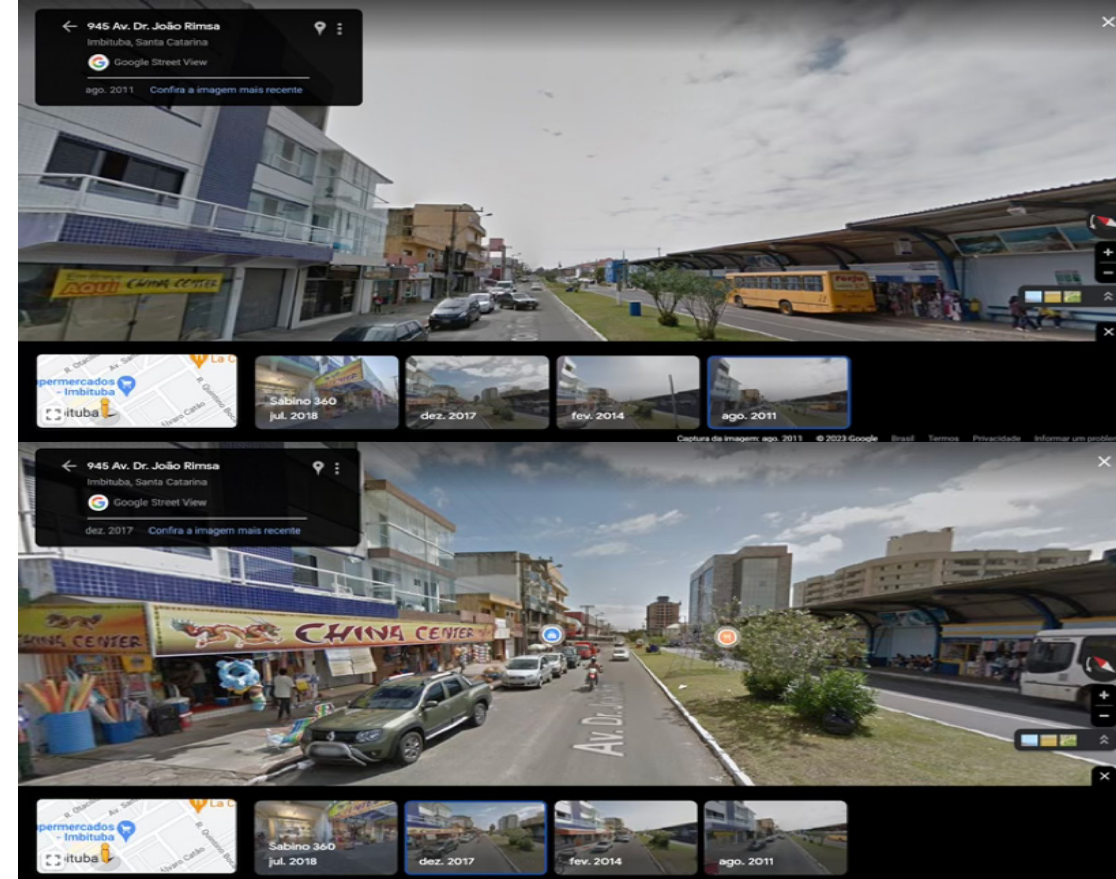


Figura 6- Perspectiva da Av. João Rimsa, 2011. Fonte : StreetView
Figura 7- Perspectiva da Av. João Rimsa, 2017. Fonte : StreetView.

No que se refere às flexibilizações do plano regulador do solo, o Plano Diretor de Imbituba (2005) classificava parte do entorno do Prédio da Usina como Zona Residencial Uni e Pluri Familiar 1, estabelecendo uma altura máxima permitida de nove metros e um coeficiente de aproveitamento total de 100%. Em 2011, houve uma revisão do zoneamento, reclassificando grande parte dessa área como Zona Central - ZC-1, o que ampliou a altura máxima permitida para 24 metros (Tabela 1). Cabe ressaltar que o Setor de Entorno - SE4 compreende a maior parcela do perímetro de resolução, representando 64% da área total impactada pela resolução e 71% do perímetro de entorno. Este setor já estava sujeito a restrições construtivas anteriores, por situar-se em área de marinha, conforme disposto no artigo 155 da Lei Orgânica do Município, que estabelece:

O Município promoverá e incentivará o turismo como fonte de desenvolvimento social e econômico de forma a compatibilizar o crescimento do setor à política urbana e a preservação de suas riquezas naturais, adotando as seguintes medidas: [...] IV - tornar como área “non aedificandi” e de uso público as faixas de marinha, com exceção dos casos previstos no artigo 152, inciso IX, desta Lei Orgânica (Imbituba, 1990).

Deste modo, através da análise das tendências atuais de uso, se pode perceber a forte presença de pressão por adensamento ocorrida nos últimos anos. Essa expansão vertical, impulsionada pela demanda por novos empreendimentos e pela valorização do solo, tem gerado impactos significativos na paisagem urbana e na percepção do patrimônio cultural local. O aumento da densidade construtiva no entorno do Prédio da Usina não apenas altera a escala original da área, mas também interfere na visibilidade e na integridade visual do bem tombado. A proximidade de edificações mais altas pode ocultar parcial ou totalmente a visão do edifício histórico, comprometendo sua presença simbólica e sua relação com o entorno.

	Resolução CMPC/IMB nº 001/2021 – SE1, SE2 e SE3	Lei nº 5.342/2022 (Plano Diretor) - ZC1
Altura	9 metros	24 metros
Coefficiente de Solo Natural Absorvente	0,2	0,2
Coefficiente de Ocupação do Terreno	0,4	0,75
Coefficiente de Aproveitamento Total	0,8	4,8

Fator da Verticalização Estimada

A cidade brasileira é marcada pela heterogeneidade de suas construções, onde os últimos vestígios de sua origem urbana persistem em meio à massa edificada que se expande de forma contínua e indefinida pelo território, formando grandes aglomerações urbanas (Weissheimer, 2015). No entanto, no caso do monumento em questão, que se encontra cercado por edificações de baixa altura, essa heterogeneidade não se manifesta de forma evidente.

Para avaliar a viabilidade de manter os índices urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor, foi realizado um estudo de insolação por meio de modelagem 3D (Tabela 2). No estudo volumétrico, foram considerados os índices urbanísticos em sua máxima utilização, conforme previsto no Plano Diretor – Região de Planejamento III – Zona Central 1. Dessa forma, adotou-se uma altura de 30 metros, composta por 24 metros referentes aos pavimentos habitáveis e seis metros destinados aos pavimentos de garagem. Em relação aos recuos, foram considerados 1,5 metro para os recuos bilaterais, conforme exigido a partir do segundo pavimento.

O estudo de insolação, considerando o cenário máximo de ocupação e verticalização, demonstra que as edificações com 30 metros de altura projetarão sombra sobre o monumento tombado apenas durante o inverno, do nascer do sol até aproximadamente 10h30 da manhã, e durante o equinócio e o verão, até cerca de 8h30 da manhã. Embora esse período corresponda a um horário desejável de insolação, a análise global revela que a insolação permaneceria inalterada por mais de 83% do tempo de exposição solar ao longo do ano. Dessa forma, o estudo conclui que a redução pontual da insolação não constitui um impedimento significativo para a aplicação do zoneamento ZC1.

Essa conclusão está alinhada com o histórico de buscas por soluções que equilibrem o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio cultural. A flexibilização dos índices urbanísticos, quando respaldada por estudos técnicos como o de insolação, permite conciliar a verticalização necessária para o crescimento da cidade com a manutenção das condições ambientais e visuais adequadas para a valorização do bem tombado. Portanto, a adoção do zoneamento ZC1, desde que acompanhada de diretrizes claras e monitoramento contínuo, representa uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável da área, sem comprometer a integridade e a percepção do patrimônio histórico.

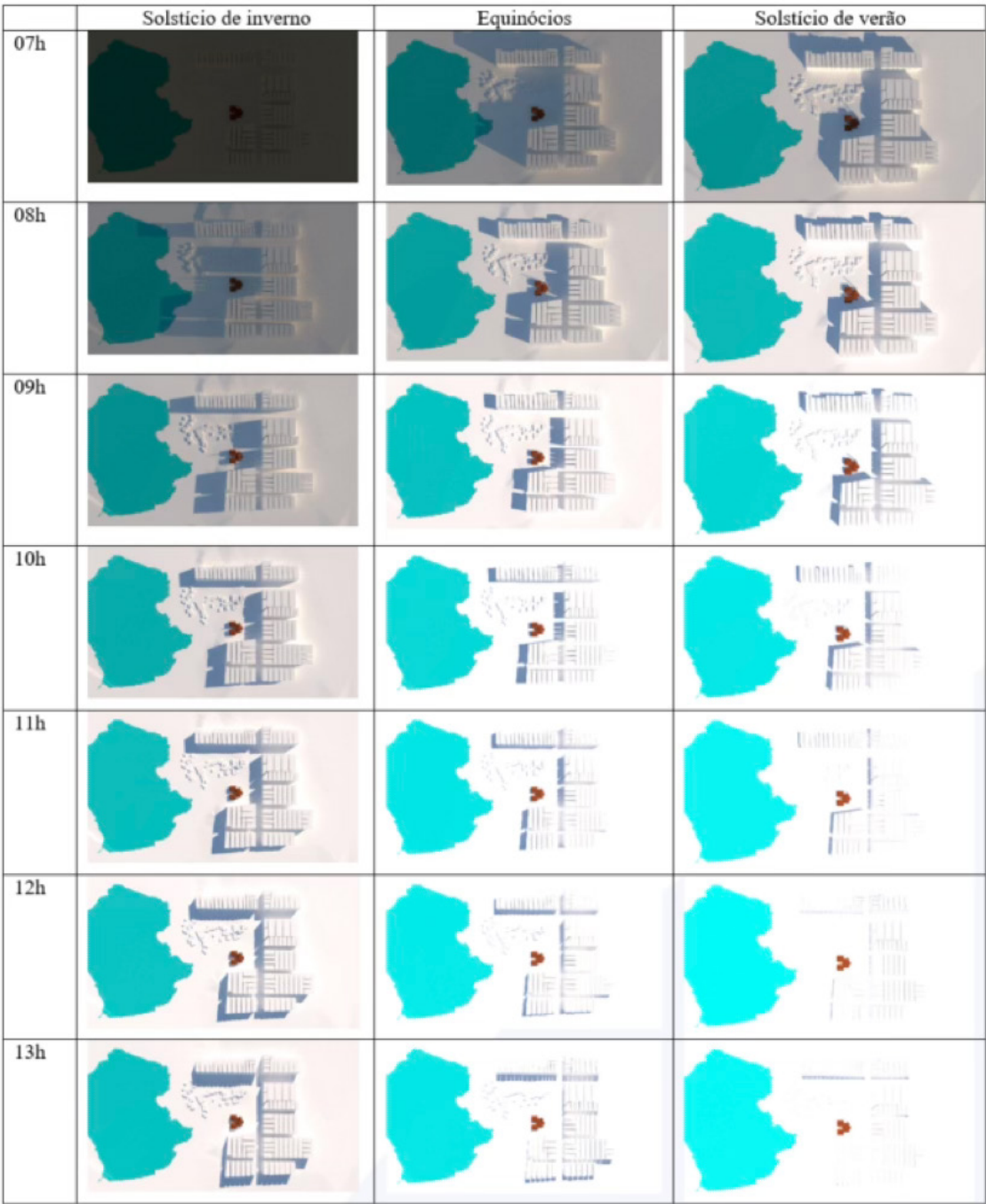


Tabela 2 - Estudo de insolação. Fonte: os autores.

Disputas pela Verticalização e o Abandono do Poder Público

As condições para a diversidade urbana incluem a necessidade de prédios antigos, a concentração e a necessidade de usos combinados (Jacobs, 1961; Martins Fontes, 2014) não devendo desconsiderar a dimensão humana determinante para um bom espaço público (Ghel, 2010). No caso do entorno do Prédio da Usina, na zona em que contempla grande parte de infraestrutura básica consolidada, vias e passeios amplos projetados, a verticalização pode ser estratégia que contribui para a urbanidade. “A verticalização também é vista como estratégia para vitalidade urbana e melhor aproveitamento da infraestrutura, enfatizando a importância da permeabilidade física e visual entre edificação e espaço público, do uso misto do solo, e da qualidade do espaço pedonal” (Nakano *apud* Ayuod et al, 2021).

Deste modo, o adensamento com vistas a otimizar os investimentos em infraestrutura urbana já consolidados no entorno, redução de deslocamentos, colaboram com a vitalidade do entorno. Por conseguinte, podendo contribuir com a função social do bem tombado de constituir “fatores de compreensão do desenvolvimento histórico/social de Imbituba” (Vieira Filho, 2020). No entanto, a verticalização exagerada pode contribuir de forma negativa para a vitalidade do bem exercendo desde sombreamento excessivo bem como interrompendo laços de identidade e memória cultural coletiva. Portanto, analisar os impactos da verticalização excessiva e as possíveis desconexões com a identidade coletiva foi essencial para contribuir com a preservação da memória urbana do bem cultural.

A história do Museu da Usina é um exemplo emblemático dos desafios enfrentados pelo patrimônio cultural no Brasil. A pressão imobiliária, aliada ao descaso governamental, ameaça aniquilar um bem que poderia ser um vetor de desenvolvimento social e cultural. Além disso, é fundamental envolver a comunidade no processo de preservação, resgatando o conceito de “olhos da rua” (Jacobs, 1961; Martins Fontes, 2014) e reforçando os valores de uso do patrimônio. Somente assim será possível garantir que o Museu da Usina não apenas sobreviva, mas também continue a contar a história de Imbituba e a inspirar futuras gerações.

Referências

AYOUB, Thamine de Almeida Ayoub; LEÃO, Ana Luiza Favarão; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko; KANASHIRO, Milena. *Reflexões sobre a verticalização dispersa e periférica em Londrina - PR*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA, 3., 2021. Anais [...]. Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 360–369. DOI: 10.46421/singurb.v3i00.1151. Acessado em 04 mar. 2025 Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/singurb/article/view/1151>

CULTURAVIVA.GOV. *Mapas Culturais: Ponto de Cultura Cia. Desmontagem Cênica - Teatro Usina* S.D. Acessado em 04 mar. 2025 Online. Disponível em <http://culturaviva.gov.br/espaco/9729/>.

ESCORTEGANHA, M. R.; SANTIAGO, A. G.; BAYON, J. , BILAL, E. . *A revitalização do patrimônio industrial em espaço cultural*. Usina do gasômetro de Porto Alegre e o cais do Porto Mauá- Brasil, valorização e recomposição da paisagem cultura Porto Alegrense. In: VI Colóquio Latinoamericano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. 6, 2012, São Paulo,RS. Brasília: IPHAN Acessado em 04 mar. 2025 Online. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_revitalizacao_patrimonio_industrial.pdf

GHEL, J. 2010. Cidade para pessoas. Tradução: Anita DiMarco. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014

IMBITUBA (SC). *Lei Orgânica do Município de Imbituba*. 21 de junho de 1990. Acessado em 04 mar. 2025 Online. Disponível em https://www.imbituba.sc.leg.br/leis/copy2_of_LeiOrgnicadoMunicpiodelmbituba.pdf.

IMBITUBA (SC). Lei Complementar Nº 2623, de 19 de março de 2005. *Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba*. Acessado em 04 mar. 2025 Online. Disponível em https://imbituba.sc.gov.br/uploads/sites/292/2023/07/2480342_2328220__Plano_Diretor_2623_2005_Plano_Diretor_CONSOLIDADO_14_07_2017.pdf.

IMBITUBA (SC). Lei Ordinária nº 4.825, de 17 de agosto de 2017. *Cria o Museu Histórico Municipal de Imbituba – MUSEU USINA e dá outras providências*. Diário Oficial da União em Santa Catarina SC Nº 2322 página 254

IMBITUBA (SC). Lei Nº 4.894, de 06 de Março de 2018. *Aprova o Plano Municipal de Cultura – PMC de Imbituba para o decênio 2018/2028*. Diário Oficial da União em Santa Catarina SC Nº 2474 página 360.

IMBITUBA (SC). RESOLUÇÃO CMPC/IMB Nº 01, de 21 de novembro de 2018. *Dispõe sobre a Rerratificação do Tombamento do Complexo da Usina Termelétrica de Imbituba e dá outras providências*. Diário Oficial da União em Santa Catarina SC Nº 2690 página 546.

JACOBS, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. Martins Fontes, São Paulo, (1961) 2014.

MARTINS, M. de O.. *Imbituba: história e desenvolvimento* (1º ed.). Criciúma: Editora e Gráfica Ribeiro, 1978.

MARTINS, A. A História de Imbituba. Soller. Imbituba/SC. 2017

MUSEU USINA. *Publicação no Facebook*. Facebook, 2019. Acessado em 04 mar. 2025. Online. Disponível em: <https://www.facebook.com/museuusina/posts/>

PEREIRA, G. B. da C. *Resgate: história e cultura de uma cidade*. Imbituba: Ed. do Autor, 2013

PREFEITURA DE IMBITUBA. *Museu Usina é Criado Oficialmente em Imbituba*. S.D. Acessado em 04 mar. 2025 Online. Disponível em <https://imbituba.sc.gov.br/noticia-440978/>.